

## **“O Mesquinho pão das mil e uma dificuldades”:**

Imigrantes, abastecimento e tensões políticas  
no discurso do jornal piauiense “A Época” (1878)

*Lia Monnielli Feitosa Costa<sup>1</sup>*

**Resumo:** O presente artigo visa analisar o discurso presente no jornal “A Época”, em suas edições do ano de 1878, relacionando a vinda de imigrantes<sup>2</sup> para o Estado e o gerenciamento do abastecimento de carne e grãos realizado pelo governo da época. Outro ponto importante a ser analisado é como essas notícias sobre abastecimento refletiam as tensões políticas que envolviam os partidos Liberal e Conservador na disputa pelo poder no Piauí. Para a escrita deste artigo, foram utilizados Relatórios de Governo disponíveis no Arquivo Público “Casa Anísio Brito” e Jornais disponíveis no site da Biblioteca Nacional.

**Palavras-chave:** Imigrantes, abastecimento, tensões políticas.

**Abstract:** This article aims to analyze the present discourse in the newspaper “A Época” in its editions of 1878, relating to migrants coming to the state and supply management carried out by the government at the time. Another important point to be analyzed is how this supply on news reflected the political tensions involving the Liberal and Conservative parties in power struggle in Piauí. For the writing of this article, we used Government Reports on Public File “Casa Anísio Brito” and newspapers available on site of the National Library.

**Keywords:** Immigrants, supply, political tensions.

## **“The petty bread of a thousand and one difficulties”:**

Immigrants, supply and tensions  
in policy speech newspaper piauiense “A Época” ( 1878)

---

<sup>1</sup>Especialista em História, Cultura e Sociedade pela Universidade Estadual do Piauí. Artigo apresentado como pré-requisito para conclusão do curso de Especialização.

<sup>22</sup> Utilizamos o termo “imigrante” à guisa de melhor elucidação, uma vez que em todas as notícias encontradas em “A ÉPOCA”, o termo aparece escrito como “emigrante”. Identificamos pela escrita e pelo momento social em que está inserido que se trata da população que entra em um estado migrando de outra localidade.

## **1. Introdução**

O Brasil constitui-se economicamente de uma economia agroexportadora. Aprendemos ao longo da nossa história que a economia se organizava em ciclos, e que em grande parte caracterizou-se pela exportação de alimentos. O que gerou renda e desenvolvimento para o país foi investigado, discutido, e didaticamente organizado para uma melhor compreensão da economia complexa de uma colônia. E nesse meio, a agricultura de subsistência foi trespassando, sobrevivente e quase rudimentar, atravessando gerações e períodos de completo descaso, tão necessária quanto os produtos que iam para fora.

Reconfigurando-se, modernizando-se, e aceitando-se como fundamental para um país essa agricultura de subsistência, a agricultura complementar, aquela que não passava de três ou quatro elementos que a compunha, apenas o necessário para a alimentação, seja do sertanejo, seja do trabalhador da cidade ou das fartas mesas, desponta hoje com uma nova roupagem; agricultura familiar, termo que hoje contem um léxico e questionamentos vários, e que é responsável por produzir a alimentação básica que chega às nossas mesas.

Este ponto de inflexão é necessário para voltarmos o olhar para esse abastecimento cotidiano e inevitavelmente presente, entender também a sua complexidade ao longo história. Para o nosso Estado, Piauí, é de extrema importância, entendermos como diversos fios narrativos se cruzam para justificar a nossa decantada e por que não, maldita, incapacidade de prover seu próprio abastecimento. Um estado que reporta de si mesmo para os outros uma figura mista e caricata de vaqueiro, gado pé-duro, pobreza, indolência, terras devolutas, imigrante, desolação. Para compor este quadro, pinceladas grossas de narrativas que envolvem vinda de imigrantes, seca e descaso político, tingindo matizes próprios que constituem o objetivo deste artigo: analisar o discurso presente no jornal “A Época”, em suas edições do ano de 1878, relacionando a vinda de imigrantes para o Estado e o gerenciamento do abastecimento de carne e grãos realizado pelo governo vigente. Outro ponto importante a ser analisado é como essas notícias sobre abastecimento refletiam as tensões políticas que envolviam os partidos Liberal e Conservador na disputa pelo poder no Piauí.

O ano de 1878 fez parte de uma sequência macabra que ficou marcada por deixar um rastro de miséria e morte no Nordeste. A famigerada “seca de 77” em verdade perdurou três anos, e atingiu vários Estados nordestinos. Sem fruto das lavouras, isolados pela cerca do arame devido aos latifúndios monocultores, e com a pecuária em decadência, muitas famílias deslocavam-se buscando novas formas de sobrevivências em outras localidades,

impulsionadas não somente por questões climáticas, mas conforme resume a historiadora Maria Cristina Cortez Wissenbach (1998, p.59):

(...) eram as transumâncias que davam a maleabilidade necessária para escapar da penúria e da fome, da violência que se entrelaçava ao mandonismo local e aos recrutamentos forçados, que permitiam que fosse contornada a posse desigual das terras dos latifúndios, fugir das intempéries que inviabilizavam o sobreviver.

Dessa forma, muitas famílias em busca de uma rota para fugir dessas aflições, acabavam por fixar-se no Piauí, geralmente por esgotamento de forças, uma vez que muitas vezes visavam seguir outros destinos<sup>3</sup>. Outra explicação plausível é que no ano de 1877 a seca ainda não havia de fato prejudicado intensamente as lavouras e as pastagens, pois “durante o ano de 1877, houve produção agrícola suficiente para alimentar a população e ainda remediar a situação das hostes famintas” (NETO, 1987, p. 39). Havia dificuldades sim, devido à compra de gêneros, escassez de recursos ou transportes, mas ainda era possível se encontrar gêneros em localidades mais ou menos próximas. Entretanto, o ano de 1878 revelaria definitivamente os pilares frágeis de uma economia baseada na pecuária e na agricultura de subsistência, visto que o extrativismo era praticado, mas ainda não se constituía como uma economia de mercado.

Atividade econômica que nasce ligada à indústria açucareira do litoral nordestino, a pecuária promoveu o povoamento do Piauí. A fazenda constituía-se no núcleo fundamental da ocupação humana, e estendendo-se sobre esse sistema a família, que institucionalizaria o latifúndio como único estabelecimento de exploração econômica. Fluxos migratórios provenientes do excedente de mão-de-obra da região canavieira paravam por aqui e fixavam-se como agregados. Dessa forma, “o trabalho livre existiu no Piauí quando o sistema de trabalho era escravista, não somente através da figura do vaqueiro, mas também dos mestiços que aqui chegavam em busca de trabalho” (ARAÚJO, 2010, p.37).

A pecuária domina todo o panorama econômico da região e paralela à ela, cultivada nos interstícios das fazendas, surge a agricultura de subsistência, caracterizada por “não haver outro objetivo senão assegurar a satisfação das necessidades dos que viviam na fazenda. Era uma economia de necessidade.” (SANTANA, 2001, p.45). ALENCASTRE (1982, p. 82) interpreta que no Piauí “há uma grande repugnância para a lavoura, e se fazem a lavoura de

---

<sup>3</sup> De acordo com Manuel Domingues Neto (1987, p.42), o grande contingente de mão-de-obra cearense escoava com destino à Amazônia, devido à extração de borracha que movimentava a economia daquela região, ou como diz o autor, era conduzida de forma “racional”.

primeira necessidade é por que sem ela morreriam de fome”. Saciavam a alimentação dos moradores, sejam os pobres ou os ricos, arroz, milho, feijão, mandioca além de árvores frutíferas, cana-de-açúcar e até fumo<sup>4</sup>, mas não se constituíam em economia de mercado (NETO, 1987). Tais constatações, somadas a de outros historiadores, ancorados nas fontes primárias de Jornais, Cartas Provinciais e viajantes da época evidenciam que a agricultura de subsistência no Piauí não rendia um alcance produtivo relevante.

O que dominou a economia piauiense durante a segunda metade do século XIX ainda foi a pecuária de subsistência, que se manteve firme garantindo boa parte da receita da Província até 1870, quando entra em decadência em função não só da concorrência, mas também de outros fatores, conforme ressalta (NETO, 1987, p. 56):

Sem sofrer qualquer alteração de vulto neste esquema tradicional, não conseguindo modernizar-se, sofrendo concorrência desvantajosa com outras áreas produtoras, sentindo o efeito das epizootias combatidas com benzeduras e do paulatino e inexorável empobrecimento do pasto, amargando ainda a pressão inevitável da cerca de arame, debateu-se a criação extensiva de bovinos nos estertores de uma prolongada decadência.

A agricultura de subsistência também entra em decadência fragilizada não só pelos maus invernos, mas também em virtude da predominância de relações pré-capitalistas, compadrio e troca de favores que faziam as lavouras permanecerem embrionárias e levando a economia ao estacionamento.

O cenário político ainda não oferecia uma política pública efetivamente voltada para o fenômeno, registram-se apenas ações do governo buscando amenizar as intempéries. O Imperador e a famosa “dança das cadeiras” revezava no poder ora Liberais, ora Conservadores,<sup>5</sup> e nomeava diretamente os representantes das Províncias. A engenhosidade de Pedro II fazia parecer que estava lidando “com gregos e troianos”, quando na verdade todos pertenciam direta ou indiretamente, às elites latifundiárias. A composição dos partidos provinciais acompanhava o modelo nacional, ressaltando que no Piauí os proprietários filiaram-se mais ao partido Liberal e os burocratas ao Conservador, mas, conforme evidencia Ana Regina Rêgo (2001, p. 167): “esta última, na verdade, fundamenta-se uma aparente

---

<sup>4</sup> Poderia ser utilizado como escambo.

<sup>5</sup> De acordo com a historiadora Maria Cecília de Almeida Nunes(2001), o partido Republicano no Piauí estava aos poucos se fortalecendo desde as publicações do jornalista político David Moreira Caldas, que se utilizava dos jornais **Liga e Progresso** e **A Imprensa** para divulgar ideias anti-monarquistas e republicanas, e posteriormente fundando o jornal **O Amigo do Povo**, após desligar-se do Partido Liberal. Este Jornal funcionará como Órgão Republicano da Província do Piauí, conquistando mais adeptos dos outros dois partidos posteriormente.

burocracia, pois a origem das famílias que a compõem aponta para a posse de grandes extensões de terra, aliada à prática de uma pecuária extensiva”.

As ações governamentais engendradas para a assistência à população migrante refletiam as disputas de poder pelas famílias na Assembleia Legislativa, na vice-presidência e presidência da Província. Em 15 de Abril de 1878, o Coronel José de Araújo Costa, até então vice-presidente do Piauí passa a administração para um liberal e seu correligionário, o baiano nomeado Sancho de Barros Pimentel<sup>6</sup>, o que provocou o frenesi retratado no Jornal a ser estudado, uma vez que o partido Conservador predominava durante o II Reinado.

Veremos a seguir estas tensões políticas analisadas na curiosa malha da seca, tema recorrente e preocupante que estava no topo dos relatórios provinciais e em praticamente todas as edições de “A Época”, mas que em um só ano veiculou ideias ricocheteantes entre si, além de engessar a figura do ser migrante como uma vítima passiva e sem escolhas, “não-sujeitos” incapazes de lutar por direitos sociais, “maltrapilhos” que vagavam por estas terras à procura do “mesquinho pão”, marcado pela falta de interesse e incentivo a um incremento da economia.

O primeiro ano de veiculação de “A Época” encerrou em si tensões políticas, o destino dos imigrantes, abastecimento de carne e a frugalidade dos grãos em tempos de seca, questionamentos que serão analisados a seguir tendo como pano de fundo o contexto político do Segundo Reinado.

## **2. Decantando notícias, desvendando discursos imbricados**

De acordo com Maria Juraci Maia Cavalcanti (s/d, p.3) “a necessidade de uma escolha temática por parte do pesquisador de jornais se faz desde logo primordial, devido o caráter universal e enciclopédico do ato de noticiar.”. O tema que estamos interessados em analisar – o abastecimento de carne e grãos da população piauiense no ano de 1878– aparece dissolvido no conteúdo de seca e imigrantes, e com esse título ele aparece com frequência no jornal “A Época”. Lembrando que as demais notícias também foram devidamente analisadas uma vez que apesar do processo de escolha a que racionalmente devemos fazer, o contexto universal do jornal não pode ser olvidado.

O primeiro número de “A Época” foi publicado em 8 de abril de 1878, substituindo “A Moderação” , com o objetivo de ser Órgão do Partido Conservador. Vários conservadores

---

<sup>6</sup> PIAUÍ. Vice -Presidente . Relatório do Exmº Sr Coronel José de Araújo Costa passou a administração da Província do Piauí ao Excelentíssimo Sr.Presidente Dr. Sancho de Barros Pimentel em 15 de Abril de 1878.capa.

assinam o texto. São eles: Simplício de Sousa Mendes, chefe do partido Conservador e naquele ano deputado provincial, Barão de Campo Maior (Augusto da Cunha Castello Branco), Agésilao Pereira da Silva, Padre Thomaz de Moura Rêgo, Odorico B. Albuquerque Rosa, José Félix Alves Pacheco, Simplício Coelho de Resende, Raimundo Arêa Leão, Theodoro Alves Pacheco e Antônio Gentil de Sousa Mendes.<sup>7</sup>

Muitos já haviam ocupado ou estavam ocupando cargos políticos importantes, como o cargo de vice-presidência que ano anterior havia sido ocupado pelo Barão de Campo Maior, ou ainda o Pe. Thomaz de Moura Rêgo, que compunha a Comissão de Socorros. A análise sucinta de Rêgo (2001) demonstra que as primeiras famílias que se instalaram no Piauí foram aos poucos se misturando e gerando braços colaterais, que foram infiltrando-se na esfera burocrática. É das mãos desses médicos, formados em direitos, ou ocupantes de postos importantes da Guarda Nacional que nasce este inflamado jornal, donde “essas folhas servem de púlpito par calorosas discussões, políticas e pessoais, que transpõem os espaços de representatividade e chegam a publicizar uma discursividade própria do meio político” (RÊGO 2001, p.167), reforçando a imprensa piauiense como marcada pelo discurso político.

O jornal é organizado em 4 colunas, contando com 4 páginas, sendo que as 3 primeiras geralmente destinam-se a questões políticas, quais sejam denúncias, debates políticos, intrigas pessoais, injúrias, calúnias, entre outros, enquanto que o resto era reservado para anúncios publicitários, cartas particulares, e publicações oficiais; quase todas as notícias que abriam os jornais orquestravam-se em um só tom: acusar os liberais no poder de manipularem verbas destinadas aos flagelados da seca (RÊGO, 2001).

Assim se procedeu no primeiro número do jornal, na sessão intitulada “Tesouraria da Fazenda” que denunciava “pagamento Sr. major Antonio de Hollanda Costa Freire da quantia de DEZ CONTOS DE REIS(sic), proveniente de carnes verdes fornecidas por este senhor aos imigrantes cearenses, na cidade de Oeiras, no pequeno período de 30 dias!”<sup>8</sup> O pagamento veio da ordem do inspetor capitão Fernando da Costa Freire, seu irmão, que fazia parte de uma comissão elencada pelo Coronel José de Araújo Costa destinada a “estudar e indicar as

---

<sup>7</sup> De acordo com RÊGO (2001), a origem dos Partidos Políticos no II Reinado são construídas na primeira fase de Império, dividindo-se em duas vertentes bem definidas; a Liberal, defendia uma Monarquia Constitucional, com a Assembleia preponderando sobre os demais poderes, a Conservadora, que defendia a supremacia do executivo sobre os outros poderes, perpetuando-se a ordem social através da afirmação do Império e a Republicana, que aos poucos vai encorpando-se no cenário político nacional. A pós a renúncia de D. Pedro I e Período Regencial, os principais partidos Políticos, Liberal e Conservador divergiam com relação à autonomia Provincial e descentralização, defendida pelos Liberais, e os Conservadores ou “defensores da Ordem”. A formação de ambos os partidos no Piauí é acompanhado pelo Visconde da Parnaíba, que governa o Piauí até dezembro de 1843.

<sup>8</sup> THESOURARIA DA FAZENDA Idem, pg 2.

medidas mais adequadas ao assunto”<sup>9</sup>, no caso a emigração e os flagelados da seca. A notícia continua revelando que o inspetor teria concedido um valor bem superior ao que era realmente necessário, calculando que estariam recebendo 1,2 arrobas de carne diariamente, arrematando: “Qual será o estômago humano, a não ser aparentando com a tesouraria de fazenda, que possa ingerir por dia tão prodigiosa quantidade de alimentos?”

A denúncia clara de nepotismo e preferência é antecedida por uma reclamação direcionada ao Coronel devido ao não pagamento de ordenados destinados a Agésilao Pereira da Silva, enquanto este fora presidente do Amazonas, pagamento negado e assim justificado por falta de verba do governo. Esse deputado é membro do Partido Conservador, o que reforça mais ainda o ponto de inflexão que motiva o tom irônico, denunciante e às vezes sarcástico deste periódico. Refletindo sobre isso, o diálogo com Michel de Certeau (2006, p65) nos revela que toda pesquisa deve partir de um lugar social, ou seja

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. [...] é em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhe serão propostas, se organizam.

Se para o historiador é preciso um método de escolha e de uma hierarquia que possibilite sua pesquisa, própria da racionalização do método historiográfico, assim também se comporta o discurso jornalístico, mesmo o jornalismo praticado no Brasil Império, ainda incipiente e nascido de lentes políticas. Ainda que segundo Rêgo (2001, p.269) a imprensa da época não dispusesse de códigos internos ou regras de produção próprias do fazer jornalístico como a imprensa atual, podem-se detectar “macrocódigos”, quais sejam, ética, ideologias, regras sociais, que influenciam o conteúdo dos textos impressos.

Com as regras de produção definidas como externas ao meio, delineia-se claramente a ideologia de “A Época”, constructo fruto do poder familiar do partido, e que forja uma espécie de heterogeneidade em relação ao Partido Liberal, mas no entanto é homogêneo na sua origem. Durante o período Imperial, o partido Conservador predominou no Piauí, mas o ano de 1878 estava sobre o domínio do Partido Liberal, donde o Jornal funcionava como um veículo para articulações conspiratórias. O ano em questão escolhido diz respeito às

---

<sup>9</sup> PIAUÍ. Vice -Presidente . Relatório do Exmº Sr Coronel José de Araújo Costa passou a administração da Província do Piauí ao Excelentíssimo Sr.Presidente Dr. Sancho de Barros Pimentel em 15 de Abril de 1878.p 1-10. Neste relatório também consta a composição da comissão supracitada: Dr. Lourenço Valente de Figueiredo, Augusto Colia da Silva Rios, Bolivar Teixeira Mendes e Constantino Luiz da Silva Moura.

articulações e tensões que surgem devido á emergência da seca e suas consequências para o Piauí.

Refletindo sobre como alguns representantes políticos piauienses se posicionavam diante da criação do republicanismo brasileiro, NUNES (2001 p.218) analisa como o discurso se colocava tão rico de representações do léxico “República”, envolvendo a opinião pública num sentimento de nacionalismo, donde “a força do poder tenta lidar com a memória histórica, como instrumento de sua legitimação.” Tal observação também se aplica ao comportamento dos Partidos Liberal e Conservador na Imprensa diante dos agravos da seca, onde o Jornal opera com estratégias de discórdia para chamar atenção da população e fazer sua propaganda.

O ano de 1878 foi um ano ruim para os lavradores piauienses; a raridade das chuvas<sup>10</sup> provocou o rápido esgotamento das sementes para o plantio, de forma que em vista dos resultados o governo provincial decidiu restringir o abastecimento dos Núcleos Coloniais a somente víveres, ou seja, carne, sal e em alguns casos farinha<sup>11</sup>. Grãos como arroz, feijão e milho são fundamentais na alimentação do sertanejo, devido a uma quantidade maior de nutrientes oferecidos, ou como coloca Josué de Castro (2011) que elenca o milho como alimento básico da zona das secas:

Do milho associado a outros produtos regionais, em combinação as mais das vezes felizes, permitindo que, fora das quadras dolorosas das secas, viva esta gente em perfeito equilíbrio alimentar, num estado de nutrição bastante satisfatório, e que nas épocas de calamidade possua energia e vigor suficientes para sobreviver ao flagelo, evitando o despovoamento da região (CASTRO, 2011, p.158).

A quase ausência desses grãos rapidamente era justificada “pelos maus invernos”, ou seja, o conformismo com as questões climáticas silenciavam maiores questionamentos. NETO (1987) alerta para pensar a questão da seca não apenas como a perda das lavouras resultante da falta de chuvas, tendo de se considerar vários fatores, como o descompasso entre o ritmo das chuvas e o ciclo vegetativo das culturas de subsistência, irregularidades climáticas somente em alguns municípios e em outros não, e um fator fundamental, as condições em que

---

<sup>10</sup> O Piauí encontra-se em uma zona de confluência de climas semi-árido e tropical. As chuvas em geral mal distribuídas e concentradas no fim de dezembro até meados demais, portanto no verão, período propício para o cultivo das lavouras, e que no campo, é chamado de “inverno”. Em contrapartida, o inverno propriamente dito é quente e seco. Culturas como milho e feijão se adaptam a esse clima, mas em períodos muito secos prejudicam a produtividade.

<sup>11</sup> PIAUÍ. Vice -Presidente . Relatório do Exmº Sr Coronel José de Araújo Costa passou a administração da Província do Piauí ao Excelentíssimo Sr. Presidente Dr. Sancho de Barros Pimentel em 15 de Abril de 1878.p 6.

é praticada a atividade agrícola, que dependendo do grau de incremento da tecnologia empregada, pode-se resultar uma produção otimizada ou a sua perda, ocasionando o drama social.

Sobre esta questão no Relatório Provincial de 1 de Junho de 1877,<sup>12</sup> o Presidente Graciliano de Paula Batista mostra-se preocupado “com o estado de abatimento em que jaz a agricultura nesta província” acrescentando que resulta de diversas causas:

Tratando das causas geradoras do mal, não dissimularei, que é notável a indolência, que se observa na maior parte da população; assim como a falta de iniciativa dos agricultores, máximo daqueles, que dispõem de melhores recursos. A diminuição de braços com a enorme exportação dos escravos, a má qualidade dos produtos agrícolas, e como consequência de tudo a diminuição da produção e da procura, está influindo para a sensível baixa dos preços e de modo a não compensar os esforços do agricultor, nestas condições se acham bem patentes as causas, que também concorrem para o abatimento, a que aludo.

O Presidente prossegue ainda sugerindo provocar o incentivo dos agricultores com as culturas do café, cacau, algodão e cana-de-açúcar, muito mais vantajosas e que renderiam um grande ônus para a Tesouraria Provincial, incentivadas mediante “prêmios em apólices e com juros razoáveis, para aquele [...] que conseguir apresentar um número de treze mil pés de cafeeiro em estado de frutificação”. Essa “experiência monocultora” não fora vivenciada no Piauí, conforme os registros, mas mostra os anseios por parte dos governantes de inserir-se mais amplamente no contexto agroexportador. O mais intrigante talvez seja justificar a indolência como causa das crises nas lavouras, e sugerir como solução a economia monocultora, monopolizadora de espaços e incapaz de alimentar a população, do qual assim diz Castro (2011, p. 99):

Já afirmou alguém, com razão, que a exploração da cana-de-açúcar se processa num regime de autofagia: a cana devorando tudo em torno de si, engolindo terras e mais terras, consumindo o humo do solo, aniquilando as pequenas culturas indefesas e o próprio capital humano, do qual sua cultura tira toda a vida.

A Edição nº 4 de 26 de abril de 1878 intitulada “Os imigrantes e a seca” revela outro ponto importante para ser analisado. A descrição das paisagens desoladoras dos Núcleos é

---

<sup>12</sup> PIAUÍ. Presidente, **Relatório** apresentado à Assembleia Legislativa em sua sessão ordinária de 1º de Junho de 1877 pelo Exm.Senhor Dr. Graciliano de Paula Baptista, pgs 3-4.

digna da pena de um Hyeronimus Bosch<sup>13</sup>: “magros, famintos e nus, vagam eles pelos matos a procura do coco e do palmito - única alimentação que recebem; de sorte que não sabemos que aplicação tem o dinheiro que recebem do governo os contratantes! [...]”<sup>14</sup>

De acordo com o Relatório Provincial de 15 de Abril de 1878, o governo se prontificou a pagar 160 réis diários aos contratantes, além de fornecer em quantidade estritamente necessária, roupas e medicamentos.<sup>15</sup> O jornal questiona em que seria gasto esse dinheiro, posto que os imigrantes tivessem que ir atrás do próprio alimento e eram tratados miseravelmente. Mais adiante, eles expõem suas resoluções para este impasse:

Se a criação dos tais núcleos teve como base o desenvolvimento da lavoura em proveito daqueles infelizes, para mais logo dispensarem o auxílio do governo, quando tivessem seguras todas suas plantações, segundo rezam alguns contratos feitos com a presidência; - se por falta de inverno estamos convencidos de que não teremos este ano lavoura alguma, a permanência deles não deixara de ser um verdadeiro engodo para aqueles infelizes? - miraculosa pepineira para os venturosos contratantes e um verdadeiro esbanjamento dos dinheiros públicos. [...] por que não se emprega tão crescido pessoal, e não se gasta melhor o dinheiro de estado na construção de algumas obras de verdadeira utilidade publica e de que tanto necessitamos, em vez de se estar enchendo a barriga de meia dúzia de pançudos a títulos de socorros que os socorrendos não veem?

Notemos que os conservadores, representados pelo jornal, defendem de certa forma a extinção dos Núcleos em função da incapacidade de atender às exigências da sua proposta inicial, e o emprego dessas pessoas como mão-de-obra em obras públicas, medida que já marcava o período, uma vez que, de acordo com a historiadora Kênia Sousa Rios (2006, p. 23), “a seca de 1877 foi também o período no qual a mão-de-obra do flagelado começou a ser utilizada de modo mais sistemático para o desenvolvimento da Capital”. Uma prática impulsionada naquele ano, mas que se consolida em 1932, onde, a despeito da criação de Campos de Concentração que objetivam prender o flagelado no Sertão, muito migraram para a capital, Fortaleza, e lá foram empregados em frentes de trabalho na construção de obras públicas<sup>16</sup>. Percebemos que o sujeito migrante neste discurso é invisível, o que existe é um

<sup>13</sup> Pintor holandês do século XVI que retratava cenas fantásticas em suas obras, relativas ao pecado, tentação, peste, fome, doenças entre outros males que acometiam a população da época.

<sup>14</sup> OS IMIGRANTES E A SECA, **Jornal A Época**. Teresina, n.4, 26 de abril de 1878, p.1

<sup>15</sup> PIAUÍ. Vice -Presidente . **Relatório** do Exmº Sr Coronel José de Araújo Costa passou a administração da Província do Piauí ao Excelentíssimo Sr.Presidente Dr. Sancho de Barros Pimentel em 15 de Abril de 1878.p 2

<sup>16</sup> A Criação dos Campos de Concentração em Fortaleza está associada ao deslocamento de muitas pessoas de suas terras de origem resultante de maus invernos. Formando verdadeiras multidões esse imigrantes caminhavam longos trechos a pé até a estação de trem mais próxima, que rumava para a Capital. Para conter esse grande contingente de população miserável, que enfeava a “Princesa do Sol”, um dos muitos codinomes de

reflexo ou um produto da seca, deambulante, e que gera problemas em outras localidades, com o qual se deve fazer algo útil. Enquanto isso o governo revelava: “sendo esta uma província criadora e não agricultora, mais difícil, senão impossível, lhes é achar trabalho”<sup>17</sup>.

Entretanto, a medida tomada pelo Coronel José de Araújo Costa ainda em sua gestão e aceita posteriormente pelo presidente da Província Sancho de Barros Pimentel fez as opiniões rapidamente tomarem outros caminhos. Julgando a dificuldade de fiscalização, e o fracasso das plantações, o governo decretou a redução de 18 núcleos para somente 7. Justificava que dessa forma evitaria conflitos com relação à alimentação da população migrante, uma vez que:

Neles não se obrigaram os contratantes a dar aos imigrantes uma quantidade certa de víveres, mas a fornecê-los em quantidade suficiente para a alimentação, e, podendo cada um avaliar diferentemente essa quantidade, dava isso ensanchas a abusos, sem que houvesse uma imposição das multas<sup>18</sup>.

Percebemos que independente do partido que estava operando no governo,quão eram fluidos tais contratos que permitiam a estes donos de terras acolherem migrantes, e que para além das reclamações verborrágicas do partido Conservador, existia de fato uma disparidade entre o valor recebido pelos contratantes e o que deveria converter-se em alimentação e assistência para os flagelados.

O número 6 publicado em 11 de Maio de 1878 reflete uma síntese da visão do partido acerca de tais medidas:

---

Fortaleza, o governo evitava a distribuição de passagens nas principais Estações Ferroviárias. A localização das estradas de ferro foi o que também proporcionou a construção estratégica dos Campos de Concentração; uma forma de conter os sertanejos antes de se dirigirem para a Capital. Os anseios por desenvolvimento da indústria e do comércio no Ceará através do prolongamento das vias férreas trazia uma paradoxal consequência: muitos flagelados sendo vomitados pelos trens diretamente na Capital, acomodando-se nas sombras das casas, nas calçadas, mendigando para as pessoas das ruas, muito semelhante ao que é descrito em “A Época”. Mesmo com a distribuição de sementes para o plantio por parte do governo, muitos não voltaram, num processo onde imigrantes deixam de ser flagelados e passam a ser favelados. Com a seca declarada oficialmente em 1932, ações do governo começam a se direcionar para solucionar o problema, e os discursos alegando a calamidade climática eram incansáveis no intuito de atrair recursos para impulsionar o progresso da Capital, e a intensa utilização da mão-de-obra começou a ser utilizada de modo mais sistêmico em frentes de serviço. Os Campos de Concentração, em seus primeiros anos de funcionamento, resultaram críticas positivas nos jornais; isolava os pobres, acalmava os comerciantes apavorados com o medo de saques e assaltos, alimentava um discurso humanitário garganteado pelos partidos políticos e deixava Fortaleza “limpa”, civilizada, contendo a miséria e a barbárie daquelas pessoas. No entanto, as chuvas de 1933 trouxeram com toda a força campanhas para o fim dos Campos, atenuando-se as discussões com a continuidade do projeto de controle de mendicância, que já obedecia a uma estrutura própria, com rigorosa disciplina e controle do corpo do flagelado. Ver mais em RIOS (2006).

<sup>17</sup> MARANHÃO, Presidência. **Relatório** apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí no dia 1 de Junho de 1878 pelo Presidente da Província Dr.Sancho de Barros Pimentel, p10.

<sup>18</sup> Idem, pg.11.

Se a redução dos núcleos facilita a fiscalização, que, aliás, não era impossível em maior número, produz entretanto o inconveniente de torná-los doentios pela grande aglomeração do povo, dificulta em extremo o suprimento e tratamento dos imigrantes, como é fácil de compreender ; pois com a mesma facilidade que se pensa de 200 ou 300 pessoas não se pode cuidar de mil ou mil e 200. (PÚBLICOS, Os núcleos e os desperdícios dos dinheiros. In: A Época. Teresina, 11 de Maio de 1878, nº6, p.1)

A este ponto, podemos já traçar um esboço do que é defendido pelos membros do Partido Conservador: são a favor dos Núcleos, mas não compreendem a sua existência, em função da dificuldade de se manter as lavouras; não defendem a diminuição dos núcleos, em razão da superpopulação que pode acarretar doenças, e também não defendem a gestão dos contratos para manterem migrantes; reclamam não o que são, mas o que deveriam ser. E para elucidar mais ainda suas ideias e posições, tecem comparações entre os Governos anteriores, pertencentes ao Partido Conservador e o governo daquele ano, Liberal. No número 5 de 3 de maio de 1878 é mostrada uma dessas comparações:

O Governo anterior fazia tudo quanto era possível fazer-se, de modo que então os imigrantes eram alimentados regularmente: os que não tinham casa para morar foram obrigados no antigo estabelecimento dos educandos, onde também eram tratados os doentes pelo médico do partido público [...] não podendo, nem devendo ter esses infelizes acumulados dentro da cidade, além de outros inconvenientes, porque dessa acumulação podia originar-se qualquer peste; atendendo além disso que é necessário empregá-los no trabalho da lavoura de modo a terem garantia no futuro, colonizou-os em lugares convenientes, deu-lhes roupa e remédios. (A IMPRENSA, A seca, os imigrantes e a imprensa. In: A Época. Teresina: 3 de maio de 1878, nº 05, p .01)

Já nesta notícia verificamos que o que se pretende alegar é qual governo faz a melhor gerência de recursos enviados aos contratantes:

Então os imigrantes recebiam carne, sal, farinha, arroz e feijão<sup>19</sup>: porque raramente haviam todos esses gêneros; hoje pelos contratos estabelecidos eles tem direito ao mesmo suprimento e todavia só recebem o sal e a carne, e esta muito raramente, de modo que estão morrendo de fome! e todavia o pagamento é feito integralmente aos contratantes como se suprissem todos

---

<sup>19</sup> É importante destacar que o comércio e grãos não se extinguiu por completo durante este período, apenas tornou-se mais dificultoso em virtude do fracasso das plantações locais, resultando em preços fabulosos, fazendo com que o governo comprasse gêneros de outras localidades para abastecer população.

os gêneros contratados! [...] E é assim que se regenera a situação e se economiza os dinheiros públicos!! [...] (PÚBLICOS, Os núcleos e os desperdícios dos dinheiros. In: **A Época**. Teresina, 11 de Maio de 1878, nº6, p.1)

Confere-se de acordo com o jornal que o governo anterior fez tudo que o governo daquele ano não conseguia a contento. Notamos também que em todos estes fatos relacionados aos imigrantes, poucas questões são tratadas com relação às instituições assistenciais mantidas pela Igreja, como a Santa Casa da Misericórdia e mesmo o Colégio de Educandos Artífices, sentimentos caritativos convertidos em contribuições que “tornariam a pobreza menos visível no espaço urbano teresinense” (ARAÚJO, 2010, p. 142). Trabalhamos com a hipótese de que membros conservadores também estavam envolvidos neste meio, como o Padre Thomaz de Moura Rego, membro do partido e diretor do Colégio de Educandos Artífices até 1863, apesar dos relatórios atestarem, por exemplo ,que a instituição Santa Casa da Misericórdia achava-se inteiramente desnaturada, alegando o mau uso da subvenção que lhe dava a província.<sup>20</sup>

Frente a estes pontos de ressonância entre discursos sobre abastecimento, imigrantes e os conflitos de poder, há ainda uma questão tratada pelo jornal e pertinente de ser analisada: e “os pobres da terra”? Com ações governamentais voltadas plenamente para os Núcleos Coloniais, como se abasteciam os piauienses que se encontravam também tão acossados pelos reflexos da seca? “A Época” também nos mostra *flashs* de como se situava o abastecimento da população piauiense, e o primeiro questionamento daquele ano ocorreu em 8 de Julho de 1878:

Em todos os pontos da província sentem-se cada vez mais terríveis os danosos efeitos da seca. Há muito que os filhos da província, menos favorecidos da fortuna, se alimentam exclusivamente de favas e raízes agrestes, como o mucunã, o xique-xique, a raiz da macambira e do corotá. [...] O governo geral pouco tem despendido com esta província, onde se acha acumulada a maior parte dos povos emigrados de Pernambuco, Paraíba , Rio Grande do Norte e Ceará. Esse pouco, que em relação aos milhares de contos gastos com o Ceará, constitui insignificantes migalhas, tem sido dado preferência aos imigrantes das 4 províncias supramencionadas, ficando à margem a maioria dos nossos infelizes conterrâneos, tão necessitados como aqueles! (SECA, Os efeitos da. In: **A Época**. Teresina, 8 de Julho de 1878, nº10, p.1)

---

<sup>20</sup> MARANHÃO, Presidência. **Relatório** apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí no dia 1 de Junho de 1878 pelo Presidente da Província Dr.Sancho de Barros Pimentel, p21.

De fato os Relatórios correntes do ano não constam medidas a serem empregadas em relação à população não migrante, mas esmeram-se em tratar de questões referindo-se aos Núcleos Coloniais, Comissões de Socorros<sup>21</sup> e envio de verbas para os flagelados pela seca. Entretanto, lembrar do abastecimento de carne e grãos dos piauienses também faz parte do jogo de tensões políticas, refletidas em metáforas e sentimentalismos que derramam-se pelas páginas, apelando mesmo às seduções dos sentimentos caritativos:

Para onde quer que volvamos a imaginação, um quadro lastimoso se nos afigura! Os pobres da terra, mortos a fome porque não são imigrantes! Os imigrantes mortos a fome porque o mesquinho pão que vão recebendo com mil dificuldades, é insuficiente para mitigar-lhes o mal.[...] O que será dessa gente no próximo inverno se assim continuarem? Dispense S. Exc. os aparatos oficiais, repetimos: não se satisfaça com as defesas amarelas que lhe faz a gazeta oficial, e não continue a depositar ilimitada confiança na suposta comissão, por que nesta nem sequer predomina o sentimento nobre da caridade. (IMIGRANTES, o governo da Província e os imigrantes. In: **A Época**. Teresina, 15 de Setembro de 1878, nº 24, p. 3)

Para além de querer chamar atenção para os pobres piauienses, percebe-se mais claramente o interesse de tantas queixas: tão lucrativo como fora a pecuária para os fazendeiros e latifundiários, era a indústria da seca, complexa e atrativa, onde a elite latifundiária e burocrática digladiava-se no poder para mantê-la em seus domínios. Falar, reclamar ou expor a fome, as condições de abastecimento da população em períodos críticos também se constituíam uma ferramenta das disputas políticas, heranças que perduram até hoje.

### **Considerações Finais**

A escrita deste trabalho tornou-se laboriosa em função das fontes consultadas. Toda fonte histórica é capaz de elucidar diferentes análises, a depender do questionamento do historiador. Entretanto nesse momento é mais pertinente conforme coloca Certeau (2006) toda escrita da história “começa como o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira”. Nesse processo, os fatos e notícias relacionados ao tema são separados, mas muitos outros questionamentos surgem

---

<sup>21</sup> A Comissões de Socorros da Capital era composta dos Doutores Antonio de Oliveira Cardoso Guimarães, Newton Cesar Burlamaque, Conêgo Thomaz de Moura Rego e capitão José Alexandre Teixeira.

desse tipo de fonte, Relatórios e Jornais, sejam referentes ao tema, ainda que colateralmente, seja levantando outros questionamentos geradores de outros trabalhos de pesquisa.

Assim procedeu-se neste artigo, a cada novo olhar sobre as fontes, encontrava-se um novo ponto relacionado aos temas imigrantes e abastecimento, mas que carecia de uma atenção mais específica. Questões como a quem pertenciam as terras utilizadas para os Núcleos Coloniais, qual a relação direta de abastecimento entre o Piauí e o Ceará, nomes de contratantes, além de depoimentos e imigrantes que viviam nesses núcleos. Também se tornam pertinentes, para um possível estudo, analisar as Atas das Comissões de Socorros Públicos, além de Mensagens e Relatórios Governamentais dos anos pós-1878. Deste modo, objetiva-se construir-se um panorama a respeito do abastecimento do Piauí até a República.

Algumas considerações merecem ser aprofundadas com relação aos discursos presentes no Jornal “A Época” e nos Relatórios. Temos aí o observatório do Partido Conservador de um lado, e o Partido Liberal de outro. Ambos tratando ao longo do ano da seca, uma calamidade, mas retratando-a de maneiras diferentes. O Governo empenhando-se em expor o resultado positivo de suas medidas, e relatando uma decantada eficiência, porém alertando que se a situação continuasse piorando, tomaria soluções mais enérgicas, de outro, denúncias e reclamações de um partido que após várias sequências de vitórias presencia a ascensão do Partido Liberal no poder.

E neste conflito de interesses, emerge a seca, a fome e a miséria, que são utilizadas como instrumento poderoso para compor a eficiência de cada partido. Para além da fome sentida, a fome é enquadrada como histórica, no mesmo sentido que “a falta de solução para o problema da seca é histórico, os problemas políticos são históricos [...] quando se pensa sobre a trajetória de pessoas no semiárido, há uma quase que paralisia da história.” (GUILLEN, 2002, p.231). Naturalizando algo que é social perdem-se esses discursos em estereótipos e sentidos comuns, sendo necessária a sua problematização.

## **Referências**

### **Relatórios**

PIAUI. Presidente, **Relatório** apresentado à Assembleia Legislativa em sua sessão ordinária de 1º de Junho de 1877 pelo Exm. Senhor Dr. Graciliano de Paula Baptista.

PIAUI. Vice-Presidente. **Relatório** do Exmº Sr Coronel José de Araújo Costa passou a administração da Província do Piauí ao Excelentíssimo Sr. Presidente Dr. Sancho de Barros Pimentel em 15 de Abril de 1878.

MARANHÃO, Presidência. **Relatório** apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí no dia 1 de Junho de 1878 pelo Presidente da Província Dr. Sancho de Barros Pimentel.

## Jornais

A ÉPOCA, Teresina (1878) nºs 2,4,5,6,10,12,24.

## Bibliografia

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999.

ALENCASTRE, José Martins Pereira. **Memória Cronológica, História e Corográfica da Província do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1981.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina-Pi: EDUFPI, 2010.

ARAÚJO, Johny Santana de. **O estabelecimento de colônias agrícolas Civas e Militares na província do Piauí no pós-guerra do Paraguai (1865-1888)**. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 6, n. 2, jul./dez. 2013.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. **História da Alimentação no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome - o dilema brasileiro: pão ou aço**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **O jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional**. Faced/UFC. s/d.

CERTEAU, Michel de. **A operação historiográfica**. In: \_\_\_\_\_. **A escrita da História**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

\_\_\_\_\_, GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do Cotidiano: 2 morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DOMINGOS NETO, Manuel. **Seca Seculorum: Flagelo e mito na economia rural piauiense**. 2ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Seca e migração no Nordeste: reflexões sobre o processamento de banalização de sua dimensão histórica**. In: CAVALCANTI, Helenilda;

BURITY, Joanildo (orgs.). **Polifonia da miséria: uma construção de novos olhares**. Pernambuco: Massangana, 2002.

NUNES, Maria Cecília de Almeida. Trama e Poder: trajetória do Republicanismo no Piauí (1870-1894). In: EUGÊNIO, João Kennedy (org). **Histórias de vários feitos e circunstância**. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

QUEIROZ, Teresinha. **Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo**. Teresina: EDUFPI, 2006.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. **Imprensa Piauiense: atuação política no século XIX**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932**. Museu do Ceará: 2001.

SANTANA, R.N.Monteiro de. **Evolução Histórica a Economia Piauiense**. 2ª edição; ed. Academia Piauiense de Letras- convênio com o Banco do Nordeste: Teresina, 2001.

WISSENBARCH, Maria Cristina Cortez. **Da escravidão à liberdade:** dimensões de uma privacidade possível. In: **História da vida privada no Brasil.** Vol3 República: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

*Recebido: 13 de dezembro de 2014.*

*Aceito: 04 de abril de 2015.*